

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 25/11/2019

- [Para adoção, TJPE disponibiliza cartas de Natal dos Correios no Palácio e no Thomaz](#)
- [OAB/PE promove I Encontro de Justiça Restaurativa na sexta-feira \(29/11\)](#)
- [São Paulo apresenta programa Bolsa Primeira Infância](#)
- [Entrega Voluntária - Campanha do Judiciário combate crimes contra recém-nascidos](#)
- [Encontro debate a Adoção Internacional](#)
- [Encontro debate importância dos grupos e da rede de apoio à adoção](#)

Assunto: Para adoção, TJPE disponibiliza cartas de Natal dos Correios no Palácio e no Thomaz

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 25/11/2019



É você quem tira esses sonhos do papel, adote uma cartinha e seja você Noel! Esse é o tema da campanha de cartas do Natal dos Correios em 2019. Neste ano, 300 cartinhas com pedidos de crianças e adolescentes estão disponíveis na recepção do Palácio da Justiça e do Fórum Thomaz de Aquino, ambos prédios localizados no bairro de Santo Antônio, no Recife, para adoção.

Para quem puder ajudar, as cartas podem ser adotadas e os presentes entregues até o dia

18 de dezembro, das 7h às 18h, na recepção dos dois prédios. Os presentes devem ser entregues embrulhados e com a carta visível fora do pacote. Outras informações através dos telefones (81) 3182-0755 / 0645 / 0315. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), por meio dos servidores, é parceiro da atividade desde 2004.

Assunto: OAB/PE promove I Encontro de Justiça Restaurativa na sexta-feira (29/11)

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 25/11/2019



Com o tema “Desafios e temas relevantes para os Direitos Humanos”, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE) realiza, na sexta-feira (29/11), das 9h às 12h e das 14h às 17h, o I Encontro de Justiça Restaurativa. O evento acontece no plenário da instituição, no Recife, e tem como objetivo fomentar a discussão sobre as práticas de mudança de paradigmas e da cultura de paz.

As inscrições são gratuitas e devem ser efetuadas no site da Escola Superior de Advocacia de Pernambuco (<https://www.esape.com.br/>).

No cronograma do evento, as palestras: A Resolução 225/16 do CNJ na prática em medidas de impacto processual; Paradigma restaurativo e Rede PE; Justiça Restaurativa: políticas públicas judiciárias de alternativa penal; e Justiça Restaurativa, socieducação e direitos humanos.

O I Encontro de Justiça Restaurativa é organizado pela Comissão de Direitos Humanos em parceria com a Comissão de Direito Penal, Comissão da Criança e do Adolescente e Comissão Especial de Assistência aos Novos Advogados.

Assunto: São Paulo apresenta programa Bolsa Primeira Infância
Fonte: Agência Brasil EBC
Data: 25/11/2019

Agência Brasil

A prefeitura de São Paulo enviou nesta segunda-feira (25) à Câmara Municipal o Projeto de Lei (PL) que prevê a criação do Programa Bolsa Primeira Infância. O benefício, se aprovado, será concedido às famílias em situação de vulnerabilidade social, com crianças entre 0 e 3 anos de idade e que não estejam matriculadas na rede municipal de educação.

Cada família receberá mensalmente R\$ 100 por criança, até o limite de três menores, exceto quando há mais de um nascimento por gestação. O benefício será temporário e terminará imediatamente após o oferecimento de vaga gratuita em unidade de educação infantil próxima à residência ou endereço de trabalho dos pais ou responsáveis.

"Inicialmente vai ser feito junto ao pagamento do Bolsa Família já que são praticamente as mesmas famílias que estão nessa situação de vulnerabilidade. A prefeitura já está se organizando para que o mais rápido possível possa começar a pagar essas bolsas", informou o prefeito Bruno Covas.

As vagas que serão disponibilizadas às crianças que fizerem parte do programa serão oferecidas na rede direta ou em parceira da Secretaria Municipal de Educação (SME), ou até mesmo em instituição credenciada em programa próprio da SME.

Custos

“Nessa ação específica a nossa expectativa atual é investir algo em torno de R\$ 5 milhões por mês, já que temos 51 mil crianças na fila que se enquadram no que diz hoje o projeto de lei. De qualquer forma, o orçamento enviado para Câmara Municipal já prevê uma rubrica de R\$ 100 milhões tanto para compra de vagas na rede privada quanto para essa modalidade de bolsa”, explicou o prefeito.

O projeto de lei prevê algumas obrigações às famílias que conquistarem o direito ao recebimento da bolsa, como a participação dos pais ou responsáveis em atividades de orientação sobre parentalidade e cuidados com a primeira infância e o cumprimento do calendário de vacinação da criança, conforme orientações do Ministério da Saúde.

"Vamos chamar essas famílias, periodicamente, para participarem de cursos de orientação, preferencialmente nos fins de semana visando permitir a maior presença e orientar sobre os cuidados com seus filhos", disse o secretário municipal de Educação, Bruno Caetano.

Assunto: Entrega Voluntária - Campanha do Judiciário combate crimes contra recém-nascidos

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 25/11/2019



A Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) lançou durante o Seminário Pacto Nacional pela Primeira Infância no Acre o programa Entrega Voluntária. O objetivo é disseminar mais informações sobre o tema, já que a entrega de recém-nascido não é crime e sim um direito garantido por lei.

A Entrega Voluntária tange um momento muito específico, já que as gestantes e parturientes podem estar passando por problemas psicológicos ou situações que podem ser revertidas. Por outro lado, a criança não tem como se defender. Deste modo, a escolha da entrega para adoção é um direito dos pais ou da genitora e ao fazê-lo pela via legal, trata-se de um gesto pró-vida, pois com toda certeza o recém-nascido encontrará uma família habilitada pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), que sonha em recebe-lo.

Para continuar desmitificando o tema e combater situações como infanticídio, abandono e adoções irregulares, a CIJ entregou dois tipos de cartilha: Manual de Orientação aos Profissionais que atendem mulheres em situação de vulnerabilidade ou que manifestam intenção em entregar o filho para adoção e Manual de Orientação às Mulheres que manifestam intenção em entregar o filho para adoção.

“Todos ficamos chocados quando vemos notícias de criança achada no lixo, ou pior, um bebê morto encontrado no lixo. Não podemos ignorar esse tipo de realidade, a proteção infantil se defronta com muitas situações de vulnerabilidade. Conhecendo sobre a entrega voluntária daremos oportunidade para mulheres terem apoio e tomem as decisões da melhor forma possível”, explicou a desembargadora Regina Ferrari.

A 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Rio Branco publicou Portaria nº 2661/2019, disponível na edição nº 6.451 do Diário da Justiça Eletrônico (fls. 203 e 204), que determina medidas a serem cumpridas quando existir entrega voluntária de recém-nascido, ordenando o fluxo de atendimento, triagem, apoio e encaminhamento para a adoção. A via legal evita constrangimento e coerções, priorizando a proteção infantil.

No entanto, o juiz de Direito José Wagner, titular da unidade judiciária, esclarece que o profissional de saúde ou de assistência social que, diante da situação de entrega voluntária do recém-nascido for omissos ou colaborar ativamente para a prática de adoção direta, divergente dos moldes estabelecidos, ou até mesmo facilitando a concretização da adoção ilegal, será devidamente responsabilizado.

Assunto: Encontro debateu a Adoção Internacional

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 25/11/2019



Com o objetivo de debater e desmistificar o processo de adoção internacional, a Corregedoria-Geral da Justiça e a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJRS realizaram na tarde desta sexta-feira (22/11) o *I Encontro Estadual de Adoção Internacional*.

A Corregedora-Geral da Justiça, Desembargadora Denise Oliveira Cezar, fez a abertura do evento e destacou a importância de debater e desmistificar as questões que envolvem a adoção internacional. No Rio Grande do Sul a última adoção internacional foi realizada em 2011. Ela destacou os projetos da Corregedoria que estão dando celeridade às adoções, como o aplicativo Adoção, e os procedimentos que foram adotados nas Varas da Infância e Juventude para a celeridade processual e comunicação eficaz com os órgãos competentes que tratam do tema.

Durante o evento, a magistrada apresentou a cartilha da Adoção Internacional que estará disponível no site do TJRS e a versão do aplicativo Adoção para habilitados fora do país.

"Precisamos começar a ver a adoção internacional como uma possibilidade para as nossas crianças e adolescentes de difícil colocação", afirmou a Corregedora.

No primeiro painel, a Assistente Social da Coordenadoria da Infância e Juventude, Graziela Milani Leal apresentou o histórico das leis que tratam da adoção internacional como o ECA e a Convenção da Haya. No Brasil, a lei que criou a Autoridade Central de Adoção Internacional é de 2015. Atualmente, o Brasil tem 19 organizações internacionais que atuam com esse tipo de adoção no país. A maioria da Itália, França, EUA e Espanha. Explicou que os estágios de convivência entre as crianças e os futuros pais ocorre em território nacional e que após a adoção, o Juízo acompanha a criança durante dois anos, com envio de relatórios sobre os adotados semestralmente.

O segundo painel da tarde abordou a desmistificação da adoção internacional. O Juiz-Corregedor de Santa Catarina, Rodrigo Tavares Martins, falou de sua experiência exitosa com esse tipo de adoção. Apresentou dados de Santa Catarina, que tem número elevado de adoções internacionais e o Programa *¿Acelera¿* que acompanha de perto o trâmite processual dos processos de adoção.

A Juíza do Juizado Regional da Infância e Juventude da Comarca de Osório também participou do painel falando dos desafios dos magistrados na atuação desses processos. O Desembargador Marcelo Bandeira Pereira, membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do RS foi o coordenador da mesa de debates.

O tempo da criança e do adolescente e a razoabilidade da duração do devido processo legal foi a pauta do terceiro painel da tarde. A Juíza-Corregedora Nara Cristina Neumann Cano Saraiva, responsável pela Coordenadoria da Infância e Juventude e Secretária Executiva da Comissão

Estadual Judiciária de Adoção Internacional do RS falou dos fundamentos legais existentes que amparam a questão. Destacou o Marco Legal da 1ª Infância e a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento infantil e humano. Afirmou que o país e o Estado possuem fundamentos legais e prazos fixados, sendo necessária a celeridade no dia-a-dia do trabalho dos operadores do direito que atuam no tema.

"Temos necessidade de atuação intersetorial e qualificação das políticas públicas, através dos serviços de rede de proteção que compõem o sistema de garantia de direitos", ressaltou a Juíza Nara.

Também participaram do painel a Procuradora de Justiça Maria Regina Fay de Azambuja e a Defensora Pública Andreia Paz Rodrigues, ambas compõem a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do RS.

O último painel da tarde teve como coordenador de mesa o Desembargador Glênio José Wasserstein Hekman, membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do RS, e abordou o tema *„O Trabalho Intersetorial em rede e a Adoção Internacional“*. Também participaram o Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos José Antonio Frozza Paladini, a psicóloga judiciária da Comarca de Porto Alegre, Betina Tabajaski, e o Diretor-Geral do Centro de Promoção da Criança e do Adolescente, Luciano Elias Bruxel.

Participação

Também participaram do Encontro o Presidente da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e Juventude (ABRAMINJ), Desembargador José Antônio Daltoé Cezar, a Promotora de Justiça da Infância e Juventude, Cinara Vianna Dutra Braga, Carlos Luiz Sioda Kremer, Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/RS, assistentes sociais de casas de acolhimento, pais habilitados no cadastro de adoção, entre outros.

Assunto: Encontro debate importância dos grupos e da rede de apoio à adoção

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 25/11/2019



Insegurança, incerteza, realização de um sonho e expectativa são alguns dos fatores que norteiam o processo de adoção. Para aqueles que esperam formar ou completar a família, tanto os pais como os jovens e crianças institucionalizados, os desafios para o suporte e apoio necessários são primordiais. E é justamente com os olhos voltados para esse universo que o Poder Judiciário realiza nesta sexta-feira (22 de novembro) o 1º Encontro do Centro-Oeste de Apoio à Adoção (Encoapa), no auditório do Fórum de Cuiabá.

Organizado pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (CIJ-TJMT), em parceria com a Comissão da Infância e Juventude da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso e Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (Angaad), o evento reúne profissionais, magistrados e sociedade.

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha disse estar honrado em receber associações de apoio à adoção, autoridades, advogados, psicólogos, assistentes sociais e cidadãos engajados na missão de discutir, incentivar e desmistificar a adoção. “Temos especial apreço por essa causa, especialmente pela adoção tardia, que ainda carrega consigo a grande carga quanto a desinformação.”

A importância de reunir setores da sociedade civil organizada e formar grupos de apoio à adoção também foram destacados pelo presidente do TJ ao observar que em Mato Grosso, um Estado de grandes extensões territoriais, possui apenas um grupo que auxilia nas questões relativas à adoção, a Ampara.

“Queremos trazer para essa luta os empresários, agricultores, comerciantes, clubes de mães, presidentes de bairros e tantos outros. Quanto maior a discussão de um tema, mais descomplicado ele fica. O Judiciário há tempos tem se mostrado uma instituição atuante nessa prática de promover encontros com o cidadão para discutir problemas que afligem a coletividade. Em Mato Grosso só temos a Ampara, por isso que entre outros objetivos, esse evento tem o condão de incentivar a criação de outros grupos de apoio que possam atuar como auxiliares do poder público, preparando e acompanhando os pais nas fases pré e pós adoção”, falou.

De acordo com o juiz auxiliar da Presidência do TJMT e coordenador da Comissão da Infância e Juventude (CIJ), Tulio Duailibi, por envolver diversos atores o tema deve envolver cada vez mais a sociedade, principalmente quanto a importância de se falar sobre a adoção.

“A ideia do evento é fazermos uma relação do sistema de justiça e sociedade para que ao mesmo tempo a sociedade possa se interessar mais pelo tema, desenvolver ações, impulsionar criação de grupos de apoio de adoção e fortalecer toda rede que envolve o sistema. Temos a experiência da Ampara em Mato Grosso, que auxilia de forma muito positiva o sistema de justiça. Essas

entidades podem nos procurar, assim como a Ampara, para vermos como podemos auxiliar a criação e novas entidades e o fortalecimento daquelas já existentes. ”

Totalmente dedicada ao assunto, a fundadora e presidente da Ampara, Lindacir Bernardon conta que há dez anos luta para amenizar as dores que cercam a adoção, um tema tão sensível, importante e necessário. “Esse encontro é focado nos profissionais da área da adoção e tem por objetivo de sensibilizá-los para o trato, para ao colhimento da adoção. Queremos que grupos de apoio à adoção no estado sejam criados, fortalecidos. A união do judiciário, municípios e desses grupos é que podem fazer a transformação e amenizar todas essas dores.

Ao longo do dia palestras sobre o assunto serão realizadas com convidados de outros estados e também de Mato Grosso.

Também participaram da abertura do evento a primeira-dama de Mato Grosso, Virgínia Mendes, a primeira-dama do Distrito Federal, Mayara Noronha, a secretária de Estado de Assistência Social, Rosamaria Carvalho, o desembargador do TJMT, Paulo da Cunha, diretor do Fórum de Cuiabá, Luis Aparecido Bortolussi Júnior, a presidente da Comissão da Infância e Juventude da OAB-MT, Tatiane Ramalho, magistrados e demais membros da sociedade civil organizada, além dos palestrantes convidados.